



A ciência como a cultura da sociedade contemporânea: a divulgação midiática de pesquisas científicas e a geração de um “imaginário racional”¹

Madel Luz

Nesta comunicação pretendemos levantar algumas questões relativas ao papel que a ciência, aqui definida como modo específico de produção sistemático de conhecimento², construído a partir dos séculos 15 e 16, no mundo ocidental (LUZ, 1988, 2005, 2007), tem desempenhado na cultura mundial contemporânea.

Quando nos referimos nesse contexto à categoria cultura, estamos nos reportando a um aspecto estruturante da vida social, ou, se preferirmos o viés antropológico, à sua dimensão simbólica, onde se enraízam o imaginário e as representações sociais, onde se ancoram não apenas concepções e ideologias, como instituições estratégicas que organizam para a sociedade e seus membros tanto o imaginário, como representações sociais, concepções e ideologias. Instituições que não são não necessariamente sagradas ou religiosas (como o mercado, por exemplo); também certas políticas sociais ou políticas públicas, numa escala crescente de racionalização, que perpassam o imaginário cultural do nível subconsciente ao nível mais consciente em termos individuais e coletivos, e que são racionalmente expressos através de discursos e práticas, obtendo de coletividades, classes e grupos, consensos e hegemonias que asseguram a continuidade da ordem societária.

¹ Comunicação ao Congresso da ALAS (Associação Latino-americana de Sociologia. (B. Aires, 2009). Texto modificado e inédito.

² Um outro modo de definir esta forma de conhecimento seria inserindo-a, como saber específico, em um universo epistêmico específico, na *epistême* moderna, como o faz Michel Foucault em sua obra *Les Mots et les Choses* (FOUCAULT, M., 1965). Nossa abordagem se situa no campo da sociologia do conhecimento, enquanto a de Foucault situa-se nas fronteiras da epistemologia e da antropologia dos saberes, em abordagem arqueológica (mais tarde, em função da influência de Nietzsche, genealógica).

Habitualmente, em sociologia, os conceitos relativos a essa dimensão, como imaginário e representações sociais, ou sentidos, e mesmo significados, são restritos à análise de microcosmos sociais ou de coletividades, grupos e atores específicos, em pesquisas pontuais, geralmente conduzidas pela microsociologia ligada às correntes interacionistas.

Nossa abordagem do universo simbólico, entretanto, pretende-se fronteira entre a antropologia social e a sociologia do conhecimento, vendo esse universo como uma totalidade social complexa. Buscamos lançar aqui alguns interrogantes justamente sobre um imaginário coletivo invadido pela racionalidade científica, em que os significados, e os sentidos sociais atribuídos a todos os aspectos do viver, em termo individual ou coletivo, estão imbuídos de imagens coletivizadas, representações de modos de sentir e avaliar, de concepções e ideologias continuamente geradas e transmitidas por saber(es) científico(s).

Nossa hipótese interpretativa, numa linha de sociologia da cultura elaborada há mais de um século por clássicos como Max Weber e posteriormente desenvolvida por seguidores, como Pierre Bourdieu (1989) - apenas para darmos aqui uma referência preferencial - é que a ciência funciona, simbolicamente, em termos de autoridade cultural/moral, na contemporaneidade, exatamente como a teologia católica na Idade Média.

Exatamente, quer dizer aqui, em termos estruturais, no sentido straussiano, isto é, no sentido de que os saberes tecnocientíficos tendem a constituir a mitologia de nosso tempo, ou seja, aquele conjunto mais ou menos sistematizado e imbricado de imagens, gestos, sentimentos, emoções e pensamentos que literalmente conferem sentido ao mundo, embora esse nosso conjunto sistematizado, por vezes sincrético, de saberes científicos e laicos, tenha um modo de crença, de funcionamento, e de convencimento mais complexo que o das culturas sem escritura, baseado em transmissão oral, não se restringindo às normas e regras dos sistemas de parentesco, e atingindo todas as esferas do viver em sociedade.

Na nossa cultura não há pensamento racional – ou lógico simplesmente - fora daquele derivado da ciência. A ciência domina a racionalidade e a valida como único modo correto de pensar (e, conseqüente e coerentemente, de agir). Existem, é claro, outros saberes socialmente apreciados e legitimados, como modos de expressão,

de atividades, portadores de significados culturais que não são o científico, como o artístico, o tecnológico, o esportivo, o religioso e o saber tradicional popular, ou “laico”, também visto às vezes como conhecimento de senso comum, frequentemente associado a superstições. Sobre eles não se aplica o timbre do verdadeiro, no sentido racional do pensar e do agir.

Não é nosso interesse aqui tratar do “desencantamento do mundo” produzido pela racionalidade científica na cultura moderna, tão bem explorado por Weber e seus posteriores. O que desejamos problematizar aqui, inversamente, é a mitologização da ciência na contemporaneidade. Ou pelo menos, considerar a forma de expressão discursiva e racionalizada da ciência, irredutível à mitologia em sua forma original, que é centrada no símbolo, sendo, portanto, irredutível à racionalidade, embora sem desvanecer-se como portadora de sentidos. Interessa-nos problematizar o processo sociocultural hegemônico em desenvolvimento, de transformação da tecnociência em utopia (SFEZ, 1995, LUZ 2008), isso é, em promessa de realização plena da vida individual e coletiva, desde que seguida como doutrina e praticada como liturgia cotidiana.

O que SFEZ (1995) propõe como paradigma de análise para as biociências e sua intervenção na ordem da vida, acreditamos dever ser extensivo à totalidade dos conhecimentos gerados pelo modo de produção do conhecimento tecnocientífico, a todas as ciências, mesmo as “duras”, e os modos decorrentes racionalizados, de planejar, intervir e transformar a vida ambiental, individual e social, em tecnologias (LUZ, 2008).

A prática da pesquisa moderna não é um “ato livre” do pesquisador, mas o fruto de uma soma de interesses, não necessariamente científicos, que determinam sua possibilidade de iniciar um projeto: agências financiadoras e sua agenda, instituições a que está ligado o pesquisador (universidades, institutos, etc), interesses públicos e privados (movimentos sociais, organizações, empresas, etc). Tais múltiplos atores determinam desde a escolha de um tema até o(s) produto(s) final(ais) que deverá(ão) ter um projeto específico. Pode o pesquisador assegurar a sua prática um mínimo de liberdade de escolha de objetivos, de metodologia, e mesmo de fruto de trabalho, portanto, de objetividade?

Os saberes gerados pela ciência contemporânea, sejam estritamente disciplinares ou tecnológicos, têm em comum um forte viés de intervenção e modificação

da “lógica das coisas”, ou de seu ordenamento habitual, sejam essas coisas vivas ou inertes, num pragmatismo sem neutralidade axiológica, que visa à continuidade do desenvolvimento da sociedade que está na origem desta forma de produção de saberes. Em outras palavras, do moderno capitalismo ocidental, atualmente mundial que, pela plena internacionalização do mercado atinge a tudo e todos, situação prevista tanto por Weber como por Marx, quando afirmava ser a ciência uma força produtiva do capitalismo, integrada ao mercado.

Deste ponto de vista, têm razão os analistas da ciência quando assinalam não existir prática científica “pura”, nem pesquisa tecnológica “desinteressada”. Podemos dizer também que deste ponto de vista a ciência, mais que uma utopia, é a ideologia de nosso tempo, discordando neste ponto particular de SFEZ, que situa as biociências como utopia de nossa era. Mencionamos aqui a questão da ideologia por dois motivos: em primeiro lugar pelo convencimento que está implicado no processo ideológico e em seus dispositivos (institucionais e discursivos); em segundo lugar pela estrutura racional dos significados transmitidos pela ideologia científica, que adquirem autoridade ética ao se afirmarem como verdadeiros pela lógica da demonstração, isto é, inquestionáveis ao nível da conduta, uma vez que comprovados cientificamente. As verdades científicas, diferentemente das verdades perenes da teologia medieval, não se legitimam como proposições para sempre verdadeiras, mas como verdades provisórias comprováveis pela perenidade do método científico.

O elemento epistemológico perene, nesse caso, que ratifica as verdades afirmadas como tal, é o método científico. O processo social de inserção cultural nessa ordem epistêmica, precocemente iniciado através do dispositivo escolar, de inculcação nos sujeitos da autoridade epistemológica da ciência (e dos campos científicos), que Bourdieu denominou dominação simbólica (BOURDIEU, 1989), é parte essencial, embora não única, do papel de constituição de subjetividades, de relações e práticas sociais, garantindo hegemonia ao(s) saber(es) tecnológico(s) e científico(s) na cultura contemporânea.

O conjunto de dispositivos culturais retransmissores da ciência e da tecnologia como verdades vai entretanto, muito além da escola, enraizando-se nos meios de informação, de comunicação de massa, no trabalho nas empresas (LUZ, 2008), hoje tornado praticamente “trabalho intelectual”, como já afirmava Gramsci na primeira metade do século passado (GRAMSCI, 1979).

Esse conjunto instrumental de dispositivos tem seus meios próprios de difusão e transmissão de verdades, assim como de formação de criadores e difusores de novas verdades. No caso em questão, o conjunto de dispositivos é organizado sobretudo por redes de difusão e meios de divulgação midiáticos e virtuais, escritos, falados, apenas visualizados (baseados somente em exposição de imagens) das verdades. Essas são distribuídas com linguagens diferenciadas para públicos diferenciados, com papéis e estatutos sociais diferentes para atores criadores e difusores das verdades, e posições hierarquizadas na sociedade segundo o meio de transmissão, difusão ou divulgação das verdades que exercem, variando do mais esotérico ao mais exotérico³.

Entre a produção do conhecimento científico e tecnológico através da prática da pesquisa, e a interiorização dos resultados desses saberes pelo senso comum dos indivíduos, grupos e classes que compõem a sociedade, para seu agir e pensar cotidianos, há uma hierarquia social de transmissões discursivas que vão do artigo “nobre” especializado [difusão no sentido mais esotérico, reservado aos pares do(s) pesquisador(es) autor(es) em seu campo] à publicidade (difusão no sentido mais exotérico), divulgada através da mídia escrita, falada, visual e virtual, geralmente propaganda com finalidades claramente comerciais, ou ideológico corporativas. Todo um conjunto de meios de divulgação mais ou menos doura intervem entre esses dois extremos, através de imprensa escrita especializada e, crescentemente, de sites de internet. Têm em comum o fato de divulgarem a tecnociência.

Face a essas colocações provocativas iniciais, e considerando o limite de tempo disponível para discutirmos questões que, devemos reconhecer, são de uma profundidade que exigiria não apenas tempo, mas muito mais número de páginas, queremos deixar aqui assinaladas algumas questões à guisa de conclusão, questões anunciadas no início deste trabalho.

QUESTÕES RELATIVAS À CIÊNCIA E SUA INSERÇÃO NA ORDEM SOCIAL

1^a. A ciência vem se tornando uma verdadeira teologia laica desde o século findo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Tem a mesma autoridade

³ Não é função deste texto trabalhar a questão da difusão e divulgação científica, o que exigiria uma aprofundada discussão das formas de disseminação da cultura científica, o que é propósito de outro trabalho. Aqui apenas esboçamos as formas principais de difusão/divulgação de resultados de pesquisa.

epistemológica e moral que a teologia medieval, pois a dissidência por parte de seus praticantes é vista e punida pelo *establishment* acadêmico como estigma e o desviante termina por ser afastado, “posto em exílio”. Os emissores de discurso definidos como leigos, ligados a saberes tradicionais, por exemplo, são reduzidos à ignorância, ao não saber. Considerando essa característica marcante da ciência contemporânea, é possível considerar democrático o regime de produção de verdades científico? Em que se distingue formal e estruturalmente (em termos de poder simbólico) a ciência da teologia medieval?

2ª. Do ponto de vista epistemológico, político e social, o que representa esta produção de saberes incapazes de dialogar com outros saberes? Trata-se de um discurso monológico? Estaremos diante um modo de produção de conhecimento colonizador, isto é, enfeudado a uma estrutura social com características bem específicas de dominação sociocultural? Vários sociólogos têm discutido esta questão, como Morin, Boaventura Souza Santos, etc.

3ª. Pode a ciência moderna, visto seu caráter epistêmico monológico, isto é, avesso à relativização face a outros universos discursivos, ver-se como uma cultura entre outras culturas, considerada a enorme diversidade de micro culturas presentes na sociedade contemporânea? Em outras palavras, pode um modelo discursivo monológico considerar outro discurso como legítimo, isto é, reconhecer a diferença, a pluralidade e a diversidade de saberes portadores de verdades? Tende a tecnociência a tornar-se uma monocultura voltada para as necessidades de reprodução econômico-social da sociedade que a originou?

4ª. Não terá chegado o momento de analisarmos cuidadosa e criticamente, do ponto de vista da sociologia da cultura e da ciência, ou mesmo da antropologia cultural (ou dessas disciplinas conjuntamente) os gêneros de imagens, de emoções, de sentidos, de representações sociais e de concepções concernindo o viver que as tecnociências vêm divulgando e nos transmitindo, desde nossa infância cada vez mais precoce, sobre nossos corpos, nossos sentimentos, nossas vidas como um todo, desde seu início, transcurso e fim, também sobre a sociedade, o ambiente em deterioração que nos cerca, e nosso próprio modo de conhecer e de nos expressar? Deixo essas questões para um aprofundamento de reflexão e prática, face ao otimismo científico/tecnológico dominante.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989. 311 p.

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses – une archéologie des sciences humaines**. Paris: Seuil, 1965.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 243p.

LUZ, Madel Therezinha. **Natural, racional, social**: Razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 143 p.

LUZ, Madel Therezinha. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis**, v. 15, n. 1, p.39-57, 2005.

LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: conseqüências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Política e Sociedade Revista de Sociologia Política**, v.7, n. 13, p. 205-228, 2008.

SFEZ, Lucien. **La santé parfaite**: critique d'une nouvelle utopie. Paris: Seuil, 1995.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. Ed. em português revisada por A. F. PIERUCCI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p